

# Emenda constitucional criará imposto verde

22/8/97  
22

B-5

*Segundo Aspásia Camargo, tributo possibilitará maior transparência, sem custo para o contribuinte*

MARIÂNGELA HEREDIA

**B**RASÍLIA — A secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente, Aspásia Carmargo, anunciou ontem que o governo deverá propor emenda constitucional ao Congresso propondo a criação do imposto verde. Ela garantiu que não haverá aumento de preços para o consumidor, pois haverá apenas mais transparência em um custo hoje embutido no frete unificado de preços, onde há uma série de compensações para os combustíveis. Os recursos do imposto serão destinados a um fundo que vai financiar projetos de energia renovável.

Para o presidente da Associação dos Produtores Autônomos de Alcool, Gustavo Maranhão, que integrará o conselho consultivo criado ontem, a mistura de álcool ao diesel poderá ser adotada rapidamente. "A Petrobrás já tem, essa tecnologia em parceria com uma empresa privada, há mais de 12 anos", afirmou.

O presidente Fernando Henrique Cardoso cobrou ontem, ao criar o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima), medidas concretas para a reativação do setor sucroalcooleiro no País. Disse que sempre defendeu o álcool como alternativa ecologicamente correta e com capacidade de oferecer empregos. Ele afirmou que "foruns são importantes na medida em que decidem e as decisões são implementadas".

O presidente lembrou que esse é um desafio do Cima e, portanto, do seu governo. "Vamos dar esperanças muito concretas àqueles

milhões de brasileiros que dependem basicamente da estabilidade da produção sucroalcooleira". Para Fernando Henrique, o apoio ao álcool permitirá que as cidades respirem melhor, "mantendo as misturas necessárias e, quem sabe, não só na gasolina, mas no diesel também".

O Cima será integrado pelos ministros da Indústria, do Comércio e do Turismo, da Fazenda, da Agricultura, de Minas e Energia, do Meio Ambiente, de Relações Exteriores, de Ciência e Tecnologia e da Casa Civil. Haverá um comitê técnico, formado pelos secretários-executivos dos ministérios e um conselho consultivo, com a participação de produtores de álcool, plantadores de cana e representantes de entidades de classe.

O ministro Francisco Dornelles, que presidirá o Cima, garantiu após a solenidade que não haverá subsídio ao álcool. "O que queremos é fortalecer o Proálcool, tentando

**P**AÍS JÁ PODE  
ADICIONAR  
ÁLCOOL AO  
DIESEL

melhorar a produtividade e a qualidade, mas o governo não pensa conceder nenhuma forma de subsídio". Em seu pronunciamento lembrou que a produção de cana-de-açúcar na safra

1997/98 deverá ser recorde, com 305 milhões de toneladas. Ele disse que poderá haver um excedente de álcool de 2,3 bilhões de litros.

A produção de açúcar e álcool, segundo Dornelles, além de contribuir com 2,2% para a formação do Produto Interno Bruto permite a manutenção de cerca de 1,3 bilhão de empregos diretos. Além disso, a produção de álcool permite substituir cerca de 220 mil barris de petróleo por dia, o que representa economia direta de divisas da ordem de US\$ 29 bilhões, ao longo de seus 20 anos de existência.